

NUGEPNAC - TJPE

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL

TEMA 1130 - TITULARIDADE DAS RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE INCIDENTE SOBRE VALORES PAGOS PELOS MUNICÍPIOS, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES A PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS CONTRATADAS PARA A PRESTAÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS. ([RE 1293453](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 26/03/21).

- HÁ DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL. (DESPACHO EM 14/04/21)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AFETAÇÃO À SISTEMÁTICA DOS REPETITIVOS

TEMA 1085 - APLICABILIDADE OU NÃO DA LIMITAÇÃO DE 30% PREVISTA NA LEI N. 10.820/2003 (ART. 1º, § 1º), PARA OS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS LIVREMENTE PACTUADOS, NOS QUAIS HAJA PREVISÃO DE DESCONTO EM CONTA CORRENTE, AINDA QUE USADA PARA O RECEBIMENTO DE SALÁRIO. ([ACÓRDÃO](#))

- HÁ DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL EM 06/04/21

TEMA 1086 - A) "DEFINIR SE O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL POSSUI, OU NÃO, O DIREITO DE OBTER A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO POR ELE NÃO GOZADA E NEM CONTADA EM DOBRO PARA FINS DE APOSENTADORIA; B) EM CASO AFIRMATIVO, DEFINIR SE A REFERIDA CONVERSÃO EM PECÚNIA ESTARÁ CONDICIONADA, OU NÃO, À COMPROVAÇÃO, PELO SERVIDOR, DE QUE A NÃO FRUIÇÃO OU CONTAGEM DA LICENÇA-PRÊMIO DECORREU DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ([ACÓRDÃO](#))

- HÁ DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL EM 14/04/21

TEMA 1087 - (IM)POSSIBILIDADE DE A CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO § 1º DO ART. 155 DO CÓDIGO PENAL (PRÁTICA DO CRIME DE FURTO NO PERÍODO NOTURNO) INCIDIR TANTO NO CRIME DE FURTO SIMPLES (CAPUT) QUANTO NA SUA FORMA QUALIFICADA (§ 4º) ([ACÓRDÃO](#))

- NÃO HÁ DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

FIXAÇÃO DE TESE JURÍDICA

DIREITO PRIVADO

TEMA 492 - COBRANÇA, POR PARTE DE ASSOCIAÇÃO, DE TAXAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOTEAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO DE PROPRIETÁRIO NÃO-ASSOCIADO. ([RE 695911](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 19/04/21).

- TESE FIRMADA: É INCONSTITUCIONAL A COBRANÇA POR PARTE DE ASSOCIAÇÃO DE TAXA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOTEAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO DE PROPRIETÁRIO NÃO ASSOCIADO ATÉ O ADVENTO DA LEI Nº 13.465/17, OU DE ANTERIOR LEI MUNICIPAL QUE DISCIPLINE A QUESTÃO, A PARTIR DA QUAL SE TORNA POSSÍVEL A COTIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS, TITULARES DE DIREITOS OU MORADORES EM LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO, QUE I) JÁ POSSUINDO LOTE, ADIRAM AO ATO CONSTITUTIVO DAS ENTIDADES EQUIPARADAS A ADMINISTRADORAS DE IMÓVEIS OU (II) SENDO NOVOS ADQUIRENTES DE LOTES, O ATO CONSTITUTIVO DA OBRIGAÇÃO ESTEJA REGISTRADO NO COMPETENTE REGISTRO DE IMÓVEIS.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

DIREITO PÚBLICO

TEMA 697 - CONSTITUCIONALIDADE DE LEI QUE, AO AUMENTAR A EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE EM CARGO PÚBLICO, PARA O EXERCÍCIO DAS MESMAS FUNÇÕES, DETERMINA A GRADUAL TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS DE NÍVEL MÉDIO EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E ASSEGURA ISONOMIA REMUNERATÓRIA AOS OCUPANTES DOS CARGOS EM EXTINÇÃO, SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. ([RE 740008](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 14/04/21)

- TESE FIRMADA: É INCONSTITUCIONAL O APROVEITAMENTO DE SERVIDOR, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO A EXIGIR FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO, EM CARGO QUE PRESSUPONHA ESCOLARIDADE SUPERIOR.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 386 - REALIZAÇÃO DE ETAPAS DE CONCURSO PÚBLICO EM DATAS E LOCAIS DIFERENTES DOS PREVISTOS EM EDITAL POR MOTIVOS DE CRENÇA RELIGIOSA DO CANDIDATO. ([RE 611874](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 12/04/21)

- TESE FIRMADA: NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL É POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE ETAPAS DE CONCURSO PÚBLICO EM DATAS E HORÁRIOS DISTINTOS DOS PREVISTOS EM EDITAL, POR CANDIDATO QUE INVOCA ESCUSA DE CONSCIÊNCIA POR MOTIVO DE CRENÇA RELIGIOSA, DESDE QUE PRESENTES A RAZOABILIDADE DA ALTERAÇÃO, A PRESERVAÇÃO DA IGUALDADE ENTRE TODOS OS CANDIDATOS E QUE NÃO ACARRETE ÔNUS DESPROPORCIONAL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE DEVERÁ DECIDIR DE MANEIRA FUNDAMENTADA
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 1021 - DEVER DO ADMINISTRADOR PÚBLICO DE DISPONIBILIZAR OBRIGAÇÃO ALTERNATIVA PARA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO CUMPRIR DEVERES FUNCIONAIS A QUE ESTÁ IMPOSSIBILITADO EM VIRTUDE DE SUA CRENÇA RELIGIOSA. ([ARE 1099099](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 12/04/21).

- TESE FIRMADA: NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL É POSSÍVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO, ESTABELECE CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA O REGULAR EXERCÍCIO DOS DEVERES FUNCIONAIS INERENTES AOS CARGOS PÚBLICOS, EM FACE DE SERVIDORES QUE INVOCAM ESCUSA DE CONSCIÊNCIA POR MOTIVOS DE CRENÇA RELIGIOSA, DESDE QUE PRESENTES A RAZOABILIDADE DA ALTERAÇÃO, NÃO SE CARACTERIZE O DESVIRTUAMENTO DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES E NÃO ACARRETE ÔNUS DESPROPORCIONAL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE DEVERÁ DECIDIR DE MANEIRA FUNDAMENTADA.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 379 - IMPOSTO A INCIDIR EM OPERAÇÕES MISTAS REALIZADAS POR FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO. ([RE 605552](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 12/04/21).

- TESE FIRMADA: NO TOCANTE ÀS FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO, INCIDE O ISS SOBRE AS OPERAÇÕES ENVOLVENDO O PREPARO E O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ENCOMENDADOS PARA POSTERIOR ENTREGA AOS FREGUESES, EM CARÁTER PESSOAL, PARA CONSUMO; INCIDE O ICMS SOBRE OS MEDICAMENTOS DE PRATELEIRA POR ELAS PRODUZIDOS, OFERTADOS AO PÚBLICO CONSUMIDOR.
- PROCESSOS SOBRESTADOS: 07 PROCESSOS (UNIDADE JUDICIÁRIA COMUNICADA)

TEMA 808 - INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA RECEBIDOS POR PESSOA FÍSICA. ([RE 855091](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 09/04/21).

- TESE FIRMADA: NÃO INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA DEVIDOS PELO ATRASO NO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO POR EXERCÍCIO DE EMPREGO, CARGO OU FUNÇÃO
- SEM PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 825 - POSSIBILIDADE DE OS ESTADOS-MEMBROS FAZEREM USO DE SUA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PLENA, COM FULCRO NO ART. 24, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO E NO ART. 34, § 3º, DO ADCT, ANTE A OMISSÃO DO LEGISLADOR NACIONAL EM ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PERTINENTES À COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS – ITCMD, NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 155, § 1º, III, A E B, DA LEI MAIOR. ([RE 851108](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 20/04/21).

- TESE FIRMADA: É VEDADO AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL INSTITUIR O ITCMD NAS HIPÓTESES REFERIDAS NO ART. 155, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SEM A INTERVENÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR EXIGIDA PELO REFERIDO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 545 - EXTENSÃO DA ESTABILIDADE EXCEPCIONAL DO ART. 19 DO ADCT A EMPREGADOS DE FUNDAÇÃO PRIVADA. ([RE 716378](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 20.04.21)

- TESE FIRMADA: 1. A QUALIFICAÇÃO DE UMA FUNDAÇÃO INSTITUÍDA PELO ESTADO COMO SUJEITA AO REGIME PÚBLICO OU PRIVADO DEPENDE (I) DO ESTATUTO DE SUA CRIAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO E (II) DAS ATIVIDADES POR ELA PRESTADAS. AS ATIVIDADES DE CONTEÚDO ECONÔMICO E AS PASSÍVEIS DE DELEGAÇÃO, QUANDO DEFINIDAS COMO OBJETOS DE DADA FUNDAÇÃO, AINDA QUE ESSA SEJA INSTITUÍDA OU MANTIDA PELO PODER PÚBLICO, PODEM-SE SUBMETER AO REGIME JURÍDICO DE DIREITO PRIVADO. 2. A ESTABILIDADE ESPECIAL DO ART. 19 DO ADCT NÃO SE ESTENDE AOS EMPREGADOS DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO, APLICANDO-SE TÃO SOMENTE AOS SERVIDORES DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMA 523 - SELETIVIDADE DE IPTU ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000 ([RE 666156](#) – INTEIRO TEOR DO [ACÓRDÃO](#) PUBLICADO EM 20.04.21)

- TESE FIRMADA: SÃO CONSTITUCIONAIS AS LEIS MUNICIPAIS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000, QUE INSTITUÍRAM ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS DE IPTU PARA IMÓVEIS EDIFICADOS E NÃO EDIFICADOS, RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS.
- NÃO HÁ PROCESSOS SOBRESTADOS NO TRIBUNAL.

TEMAS QUE TRANSITARAM EM JULGADO EM ABRIL/21

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- TEMA 1022: DEFINIR SE É CABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA EM HIPÓTESES NÃO EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA LEI 11.101/05 (TRÂNSITO EM 09.04.21).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- TEMA 373: IMPOSSIBILIDADE DE EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO CUJA PROLE BRASILEIRA FOI CONCEBIDA POSTERIORMENTE AO FATO MOTIVADOR DO ATO EXPULSÓRIO (TRÂNSITO EM 16.04.21).
- TEMA 379: IMPOSTO A INCIDIR EM OPERAÇÕES MISTAS REALIZADAS POR FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO (TRANSITO EM 20.04.21).
- TEMA 521: QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS ALIMENTARES PARA FINS DE SEQUESTRO DE RECURSOS PÚBLICOS (TRÂNSITO EM 20.04.21).
- TEMA 964: PRECEDÊNCIA DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE SOBRE A REMOÇÃO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS (TRANSITO EM 06.04.21).
- TEMA 877: SUBMISSÃO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL À EXECUÇÃO PELO REGIME DE PRECATÓRIOS (TRÂNSITO EM 06.04.21).